

A inclusão digital dos/as alunas/os das escolas públicas no ensino remoto

The digital inclusion of public school students in remote education

Gabriele Azevedo Rocha¹

1 0009-0004-4571-598X, Faculdade do Maciço de Baturité, gabrieleazevedorocho@gmail.com

RESUMO

O presente estudo aborda a inclusão digital para as/os discentes no período da pandemia. Temos como objetivo geral compreender o processo de adesão ao ensino remoto para os/as discentes nas instituições públicas de ensino em nível médio e básico. Nos objetivos específicos, entender as concepções de ensino remoto e educação à distância. Identificar as condições de acesso dos/as alunos/as à modalidade de ensino remoto na Pandemia. Apontar as estratégias/métodos utilizados na elaboração/continuação do Ensino remoto. O método de análise utiliza revisão integrativa, com a escolha de cinco artigos. Como descritor se utilizou-se “ensino remoto”. Nas considerações finais aponta-se o acesso precário e não acesso em muitos casos ao ensino remoto pelas camadas vulneráveis. Concluímos a diferença entre ensino remoto e à distância. Sendo o primeiro uma adaptação do presencial ao meio virtual, enquanto o EAD é totalmente virtual e assíncrono.

Palavras-chave: Ensino Remoto; Educação à Distância (EAD); Juventude; Inclusão Digital.

ABSTRACT

The present study addresses digital inclusion for students during the pandemic. Our general objective is to understand the process of joining remote teaching for students in public institutions of secondary and basic education. In the specific objectives, understand the conceptions of remote teaching and distance education. Identify the conditions of access of students to the remote teaching modality in the Pandemic. Point out the strategies/methods used in the elaboration/continuation of Remote Teaching. The analysis method uses integrative review, with the choice of five articles. As a descriptor, “remote teaching” was used. In the final considerations, precarious access and non-access in many cases to remote teaching by vulnerable groups are pointed out. We conclude the difference between remote and distance learning. The first being an adaptation of face-to-face to the virtual environment, while distance learning is totally virtual and asynchronous.

Keywords: Remote Learning; Distance Education (EAD); Youth; Digital inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A temática da pesquisa em questão é o acesso ao ensino remoto das/os alunos/as das escolas públicas de ensino durante a Pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2.

O despertar pela temática advém do período da graduação em Serviço Social, em que pesquisamos a percepção na ótica das/os discentes sobre o ensino técnico profissionalizante, in loco Escola Darcy Ribeiro, localizada no bairro

Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, v. 4, p. 1-21, 2023.

<https://doi.org/10.18227/2675-3294repi.v4i1.7903>

Conjunto Esperança. Sendo de interesse da pesquisadora em questão o tema educação e suas múltiplas faces e no contexto de crise sanitária mundial, surge o interesse em compreender o processo de ensino e aprendizagem nessas condições.

Considerando a experiência relatada, a área de educação nos interessa. No Brasil se observa a disparidade nas formas de acesso ao ensino, seja no nível básico, médio e superior para a população, a desigualdade social se mostra na perpetuação de grupos no poder econômico e político da ordem social. O ensino superior aponta para a possibilidade de ascensão social, mas nos perguntamos se todas/os têm condições de entrada e permanência nesses espaços? A colocação se dá no ponto de fazer refletir sobre o impacto para a sociedade.

Com o restrito contato social, as aulas são suspensas indefinidamente para preservar a vida e bem-estar das/os discentes e docentes. A alternativa para continuar as aulas e reduzir as consequências, se deu pelo ensino remoto por meio da internet, plataformas e aplicativos. É estruturada uma nova forma de ensino adaptando o que se fazia em modo presencial para o on-line. Mediado pelo pré-requisito da internet, computadores, tablets, telemóveis para estudo, professores e discentes buscaram se adaptar. Com carga horária reduzida e muitas atividades, os alunos encontraram várias dificuldades em aprender.

O manuseio dos hardwares e softwares em sua total utilização não é comum para todas/os brasileiros, a exclusão digital é mais uma das faces da questão social. O custeio do serviço de internet é apontado como peculiar pela maioria das famílias, principalmente para as/os alunas/os das escolas públicas, onde na maioria das vezes os laboratórios de informática são o espaço de contato e realização das atividades que precisam de internet.

O acompanhamento do ensino remoto pelas plataformas virtuais assim como a realização de atividades requer o acesso à internet, meios para participar da escola, sendo a realidade de muitas famílias. A desigualdade social tão dispare em nosso país assume novos contornos no cenário relatado, o atraso, perda de conteúdo, troca mútua aluna/e professora/or ausente afeta o futuro do nosso país. As instituições escolares implementaram medidas com o auxílio governamental por meio de liberação de dados móveis, plataformas e aplicativos sem consumo de dados e alguns casos transmissão das aulas em TV aberta. Como dito, para além do acesso à internet, é necessário o meio eletrônico.

Todas as dimensões do cotidiano se adaptaram e para a educação, a precarização já existente se agudiza pela exclusão digital. Dessa maneira surge a inquietação em compreender o processo de adaptação das/os discentes. Considerando o contexto de pandemia em efervescência, a pesquisa irá analisar as produções em meio eletrônico sobre o tema. Como Pergunta de partida desejamos saber “quais os apontamentos nas produções acadêmicas sobre o acesso ao ensino remoto para os/as discentes durante a Pandemia em 2020?”

Para condução da análise o objetivo geral é compreender o processo de adesão ao ensino remoto para os/as discentes nas instituições públicas de ensino em nível médio e básico no período da Pandemia em 2020. E como objetivos específicos, entender as concepções de ensino remoto e educação à distância. Identificar as condições de acesso dos/as alunos/as à modalidade de ensino remoto na Pandemia. Apontar as estratégias/métodos utilizados na elaboração/continuação do Ensino remoto.

As categorias deste trabalho são ensino remoto/ educação á distância (EAD), juventude e inclusão digital. Evidenciamos que a discussão se dará pela direção dialética critica, entendendo a realidade como múltipla e complexa.

2. MÉTODO

A pesquisa em questão se utilizou do método revisão integrativa. Este consiste na análise em base de dados de produções acerca do tema. O método “(...) permite a síntese de múltiplos estudos publicados e possibilita conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo.” (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2009) se realiza o estudo das produções acadêmicas sobre determinado tema, aprendendo sobre a temática.

Na presente análise abordaremos o total de cinco artigos com recorte do ano de 2020, tal escolha justifica-se por considerarmos o inicio da pandemia do vírus Sars-Cov-2, temos a compreensão da situação de saúde, porém foi necessário delimitar um período de analise, a pesquisa ocorreu em 2021 para obtenção de titulo de pós graduação pela faculdade do Maciço de Baturité.

Inicialmente a busca se deu na plataforma SCIELO, considerando a escassa quantidade, o êxito efetivou-se por dois canais de busca, sendo estes a Revista Artes de Educar e Revista Com Senso. Os descritores de busca utilizados foram “ensino remoto” e “inclusão digital”. Na revista Artes de Educar localizamos dez produções, das quais três integram nosso trabalho. No segundo periódico Revista com Senso localizados três artigos e utilizamos dois como fonte.

MENDES, SILVEIRA, GALVÃO (2009) estabelecem que a medida inicial é estabelecer o objetivo da pesquisa e busca primária do material disponível da temática. Seguida da análise do material de forma crítica. O método é comum na área

da Saúde e pode ser empregado para outras áreas. Dessa forma, a busca se deu em plataformas acadêmicas e revistas sobre o tema, seguida da seleção dos artigos e sua análise.

A produção conta com a introdução, seguida da metodologia, ponto atual. Na terceira parte se encontram resultados e discussões com a análise dos resultados, comparação dos artigos, semelhanças e diferenças, além das categorias estruturantes da pesquisa. Para finalizar o ponto de considerações finais, fizemos uma conclusão dos estudos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Iniciaremos com a exposição das categorias. A educação a distância de acordo com o Decreto 9.057/2017

Considera-se educação à distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis.

Conforme o decreto a modalidade de ensino à distância é regulamentada no Brasil. Os moldes dessa estrutura são crescentes, com oferta demasiada de cursos principalmente na área de humanas devido ao seu baixo custo, fomentando o mercado da educação.

Diante das leituras encontramos diferentes perspectivas sobre o ensino remoto e a educação à distância. O ensino à distância é planejado, as aulas são gravadas e o aluno/a acessa por plataformas digitais o material. Enquanto o ensino remoto utiliza-se da tecnologia para transmitir as atividades/ações antes realizadas em meio presencial. O planejamento sistemático e assincronia do contato professor e aluno por aulas gravadas diferencia-se do ensino remoto pelo carácter sincrônico,

uso de plataformas já existentes, não havendo por exemplo, um portal unificado para a/o aluna/o acessar. O termo emergencial explica as circunstâncias de conjuntura a qual resultaram nesse tema.

Nesse contexto, pensamos nas políticas de acesso de inclusão digital para a população. De acordo com Bonilla (2004) consiste em “(...) um conceito mais abrangente, que implique que aquele que está incluído é capaz de participar, questionar, produzir, decidir, transformar, é parte integrante da dinâmica social em todas as suas instâncias.” Propiciando que esses atores acessem e dominem em seu favor essas tecnologias.

Salientamos o papel social da escola, situando no âmbito da educação, na contribuição de Souza Jr (2010, p.175) com base em Marx “(...) a escola como microestrutura da sociedade burguesa relaciona-se através de redes complexas, tensas e contraditórias com a dinâmica social maior”. Sendo a escola espaço de disputas.

Esta sofre as interferências do capital. Quando ponderamos a divisão do ensino para o trabalho e ensino propedêutico para as classes abastadas, ligado às atividades formais. Quando a escola não era um espaço comum a todas/todos, sendo um lugar seletivo para determinado grupo, enquanto aos demais o aprendizado ocorria por meio da labuta. Souza Jr (2010, p.176) explica que esse espaço, a escola “(...) se define pela sua limitação e pela característica complementar ao lado dos processos educativos que se desenvolvem em torno das categorias trabalho e práxis”. Na concepção marxiana, a escola não supre a formação do ser humano, a articulação desta com outros espaços possibilita a emancipação humana.

A educação no sentido marxiano é para além da instituição da escola formal, se constrói “(...) através de atividades políticas classistas como na construção de

associações, sindicatos, partidos, (...)” (SOUSA JR, 2010, p.36), chamados de instrumentos políticos pedagógicos, possibilitam uma formação emancipadora, entendimento social das estruturas, visando o rompimento com a ordem vigente.

A formação emancipadora nesses espaços é crucial, porém como dito a instituição escola desempenha sua contribuição para as/os jovens. Na pesquisa em questão, o público jovem vive a exclusão digital. Definida muitas vezes com base em aspectos biológicos ou sociais (como rebeldia, transição, etc..), tomamos juventude como categoria social com base em Groppo “(...) é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ele atribuídos” (2000, p.08). A construção da concepção do ser jovem é construída e ressignificada pelos próprios seres.

A redução à faixa etária e as mudanças que com ela ocorre são reducionistas para compreender a complexidade dessa categoria. A colocação é apontada por Groppo (2000) no sentido que as definições acerca da juventude se utilizam do critério sociocultural e societário. No segundo sentido salientamos características como firmar união e prole antes dos trinta anos como regra, hoje é desconstruída pela extensão do tempo de moradia com os pais, dedicação a formação e trabalho.

Na abordagem em questão, a educação perpassa pelo entendimento da inclusão/exclusão digital no momento de Pandemia. Bonilla e Sousa (2009) apontam a discussão com o lançamento do Livro Verde. O documento trata da alfabetização digital em duas fases “(...) da infraestrutura com investimentos em telecentros, projetos, políticas públicas, estrutura de rede, subsídio para compra de equipamentos, entre outros” (p.134) O estado cuida para construir terreno para a

ação e na democratização dos meios. Em segunda fase o mercado se utiliza da estrutura para lucrar.

Esse processo recente com a tecnologia da informação. O mercado gera o não-acesso, à exclusão e na mesma medida necessita do consumo desses produtos, ou seja, uma inclusão somente pela “(...) a capacidade da população inserir-se no contexto das tecnologias de informação e comunicação como consumidora de bens, serviços e informações (...)” (BONILLA, 2004). A colocação da autora refere-se ao Brasil, onde os meios de comunicação são democratizados, aqui salientamos o sentido de democrático somente como possuir/ter, ou seja, na linha consumista necessária ao mercado, desconexo da formação ou capacitação com esses meios.

Com objetivo único de consumo desarticulado do manuseio de todas as possibilidades desses aparelhos, ainda nas considerações de autora se “(...) demanda apenas a oferta de treinamento para a aquisição de competências básicas para o manuseio dessas tecnologias.” Logo, hoje temos um cenário em que a maioria da população utiliza os meios eletrônicos, sem explorar as potencialidades deste.

Docentes e discentes se encontram no contexto de ensino remoto com deficiências estruturais para esse ensino. Temos a ausência de formação para professores e alunos, “para a maioria dos professores é oferecida sequer uma “capacitação” aligeirada, o que os mantêm fora do processo” (BONILLA, 2004).

Ponderamos que a inclusão digital está para além da apropriação simples dos meios e sim no seu manuseio e autonomia como a autora afirma “(...) processos de inclusão digital pressupõem, para além do acesso aos artefatos tecnológicos da cultura digital, empoderamento, fluência, autoria e exercício da cidadania em rede” (MARCON, 2020). A tecnologia tem muito a ofertar, sabemos como auxilia nos processos da vida cotidiana, temos que democratizar esse saber.

Bonilla e Sousa (2009, p.138) relacionam com base em outros autores o entendimento da ligação “inclusão social e digital”, pontuando que a categoria inclusão é positivamente do termo exclusão. Na qual determinado grupo se apropria de valores e outra que produz se encontra a margem, pois “toda a sociedade se divide (...), em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado” (MARX, ENGELS, 2008, p.09). A divisão social é histórica.

A pesquisa em questão se utilizou do método de revisão integrativa. Consiste na análise em base de dados de produções acerca do tema. Na presente análise abordaremos o total de cinco artigos com recorte do ano de 2020. Sendo dois artigos disponíveis na Revista com senso e três artigos na Revista Artes de Educar. A palavra-chave na busca das produções foi ensino remoto.

Nesta seção iremos expor sobre os nossos pesquisados. Para fins de referência e didática os artigos serão chamados de E1, E2, E3, E4 e E5, as produções são respectivamente realizadas em 2020. O primeiro trabalho titulado “(Des)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto” é uma elaboração de Cardoso, Ferreira e Barbosa. Objetiva analisar as adaptações na área da educação no cenário pandêmico para determinada parcela da população. Como evidência se constata a desigualdade, a educação de qualidade pela questão da exclusão digital na modalidade ensino remoto.

O segundo artigo analisado é “O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação” dos autores Cunha, Alcineia e Aurênio Silva. Este visa sobre o acesso á educação tendo como pano de fundo as secretarias estaduais de ensino. Como conclusão evidencia a

exclusão da modalidade ensino remoto e como o acesso ao ensino de qualidade se torna inacessível para determinada parte da população.

A terceira exposição é de Jakimiu denominada “O direito à educação no contexto da pandemia (covid-19) no Brasil: projetos de formação em disputa”. A autora objetiva assim como o nosso segundo artigo tratar do acesso à educação no período de pandemia, com abordagem teórica e crítica. A conclusão é de retrocesso quando se fala do acesso ao direito social Educação.

O quarto escrito é “Vulnerabilidade social e exclusão digital em tempos de pandemia: uma análise da desigualdade de acesso à internet na periferia de Curitiba” ocorre no cenário da cidade de Curitiba. Seu objetivo é trazer análise sobre a situação de exclusão e vulnerabilidade social na região citada, dessa maneira possibilitar uma visão para âmbito nacional da questão. A contribuição é da autora Guimarães e Sousa.

Por último contamos com Moraes e Brito na produção “Alunos e a reconfiguração da presencialidade em tempos de cibercultura: análise de relatos em redes sociais sobre as dificuldades no ensino remoto em tempos de pandemia”. O objetivo é identificar na perspectiva das/os alunas/os a adaptação ao ensino remoto por meio dos memes produzidos nas redes sociais. Em paralelo com o Artigo 04 a exposição refere-se à cidade de Curitiba. A qual integra o grupo de estados com proposta de exibição das aulas em Tv aberta e plataformas com acesso sem consumo de dados móveis. Segue quadro elaborado para facilitação visual.

As produções E1, E2 e E5 trazem no título o termo ensino remoto e os denominados E2 e E4 referenciam a desigualdade ao acesso à internet e à educação. Nas categorias apresentam-se a discussão de ensino remoto no artigo E1 e E2. A

categoria Pandemia/Covid-19 é citada pelas produções E1 até E4, somente o artigo E5 não faz menção em sua categoria.

Quanto a abordagem do problema, a pesquisa qualitativa colocada como método unanime pelas/os autoras/es. Quanto as técnicas, a pesquisa bibliográfica é utilizada por E1, E3, E4 e E5. Enquanto E2 utilizou somente a técnica documental assim como o E4, este fez uso de duas técnicas de pesquisa. Segue quadro abaixo com a exemplificação.

QUADRO 01

Artigo	Título	Abordagem do problema	Método de pesquisa
E1	(Des)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto	Qualitativa	Bibliográfica
E2	O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação	Qualitativa	Documental e Análise de páginas eletrônicas
E3	O direito à educação no contexto da pandemia (covid-19) no brasil: projetos de formação em disputa	Qualitativa	Bibliográfica
E4	Vulnerabilidade social e exclusão digital em tempos de pandemia: uma análise da desigualdade de acesso à internet na periferia de Curitiba	Qualitativa	Análise documental e revisão bibliográfica.
E5	Alunos e a reconfiguração da presencialidade em tempos de cibercultura: análise de relatos em redes sociais sobre as dificuldades no ensino remoto em tempos de pandemia	Qualitativa	Não deixa evidente. Análise documental e revisão bibliográfica.

Fonte: Elaborado pela autora

Iniciaremos a discussão de conteúdo do material. Ressaltamos a referência aos mesmos pela denominação 1E, E2, E3, E4, E5. É inevitável não expor sobre a pandemia já que todas as produções advêm do contraste com esse cenário. As/os

autoras/es 01 a 05 são unânimes em contextualizar a questão, a preservação da vida incluía isolamento social e suspensão de todas as atividades que propiciariam aglomeração. O ser humano essencialmente social, peço a licença para dizer que, vivenciamos uma fase nunca vista na humanidade. O direito à educação garantido pela Constituição Federal/ 1988 e Lei de Bases e Diretrizes da Educação 9.393/1996 é referenciado pela maioria das produções.

Quanto ao ensino à distância (EAD) para E1 “caracteriza-se pelo apoio de tutores de forma atemporal e a carga horária é distribuída em diferentes recursos midiáticos, o que não acontece com as aulas remotas disponibilizadas neste período de isolamento social.” (CARDOSO; FERREIRA; BARBOSA, 2020, p. 42) As plataformas e aulas gravadas são marcantes dessa modalidade de ensino, as aulas on-line são em momentos demarcados.

Corroborando com essa concepção o E2 – CUNHA, SILVA, SILVA (2020, p. 34) “o sujeito interage com o material e aprende por esta mediação. A aprendizagem colaborativa não é vivenciada pelo aprendente [...]. A interação social, quando acontece, é de um para um, ou seja, professor/aluno – aluno/professor” (SANTOS, 2009, p. 568). O contato simultâneo da sala de aula presencial não faz parte da EAD. Aqui temos o ponto de diferença das duas modalidades de educação.

O ensino remoto emergencial (ERE), ensino remoto ou ensino emergencial foram as terminologias utilizadas pelas/os autoras/es. Para CUNHA, SILVA, SILVA (2020) – E2 - “O ensino emergencial à distância não tem capacidade para fornecer os mesmos resultados da aprendizagem presencial, mas poderá diminuir os prejuízos causados pela suspensão das aulas” (p.42). O intuito é que os prejuízos fossem amenizados para os alunos. Enquanto para E5 - MORAIS E BRITO conceituam o ensino remoto como “(...) o ensino presencial físico com o mesmo

curso, currículo, metodologia e práticas pedagógicas, é transportado para os ambientes digitais. Todo o processo é centrado na transmissão de conteúdos quais são transmitidos pelo mesmo professor da aula presencial física” (2020, p.393).

A discussão sobre as estratégias da prefeitura e estado quanto às ferramentas oferecidas na estruturação do ensino remoto. De acordo com Cardoso (E1) a rede estadual se utilizou de plataforma on-line, videoaulas gravadas e materiais digitais, enquanto a rede municipal optou a maioria por não adotar tais medidas como vamos expor, a maioria suspendeu as atividades ou adiantou férias (2020, p.42).

As prefeituras e secretarias estaduais nacionalmente realizaram medidas, planejamento da sua maneira na oferta do ensino, considerando a ausência da direção nacional sobre o tema. Em destaque E2 - CUNHA, SILVA, SILVA (2020, p. 29) caracteriza que:

as estratégias de ensino das secretarias que optaram pela continuidade das aulas são: aulas on-line ao vivo ou gravadas (vídeo-aulas) transmitidas via TV aberta, rádio, redes sociais (Facebook, Instagram, Whatsapp, Youtube), páginas/portais eletrônicos das secretarias de educação, ambientes virtuais de aprendizagem ou plataformas digitais/on-line, como o Google Classroom e o Google Meet, além de aplicativos; disponibilização de materiais digitais e atividades variadas em redes.

O uso da tecnologia ocorria de maneira leve pelas instituições, temos situação que a internet é possibilidade do contato social e promoção de atividades. A produção E4 - SOUSA, GUIMARÃES (2020, p.292) traz a realidade da cidade de Curitiba e as estratégias elaboradas pela prefeitura, contando com disponibilização de videoaulas em canal aberto pela Paraná Turismo canal9.2 UHF, pelo Youtube Tv Curitiba Escola e aplicativo Aula Paraná. Esse material focado para os alunos do ensino fundamental do 6º ao 9º ano. Quanto a internet a prefeitura propiciou o acesso sem o consumo de dados pelos estudantes. Como na citação de E2

identificamos as plataformas e transmissão pela TV como instrumentos para propagar as aulas.

Para o ensino infantil se propôs ainda de acordo com E4 - SOUSA, GUIMARAES (2020, p.293) o registro das aulas por escrito para posterior entrega na escola.

MORAIS, BRITO (2020) - E5 - analisam pela ótica da cibercultura das redes sociais a expressão dos alunos no estado de Paraná. Assim encontramos similitudes nos dois artigos quanto a referência à Aula Paraná sendo ofertada “As aulas pela TV são transmitidas em canais abertos, de segunda a sexta-feira, com horário e grade específicos para cada turma compondo cinco aulas de cinquenta minutos” (p.397). Observamos a articulação da rede estadual e municipal em uma proposta conjunta de oferta das aulas.

Como dito pelos autores do E4 anteriormente o E5 “o governo estadual acordou com as empresas de telefonia para que não se cobrassem pelos dados durante o acesso, e mesmo sem saldo, os alunos poderiam acompanhar as aulas e os conteúdos. (p.398).

Logo, E1, E2, E4 e E5 apontam as videoaulas e plataformas on-line como as alternativas mais utilizadas pelos órgãos e secretarias. A plataforma Google Classroom é citada nos E4 e E5 na parceria de acesso sem o consumo de dados, assim como exibição em TV aberta para transmissão de aulas é medida realizada no Paraná. Em seguida são apontados às redes sociais e aplicativos. Na educação básica, os impressos é alternativa apontada com frequência.

Dentre as pontuações do acesso à internet, os meios hardwares e softwares são os primeiros empecilhos na educação em casa. (E1) CARDOSO, FERREIRA,

BARBOSA (2020) apontam em gráfico que “o percentual de alunos da rede pública de ensino que não possuem acesso à computador em casa é de 39%” (p.41).

O E2 conta com dados da pesquisa CETIC “(...)37% dos domicílios possuem internet e computador” (CUNHA, SILVA, SILVA, 2020, p.32). Consideramos também que o acesso à internet não significa uso adequado dos meios, nesse ponto a formação e acesso.

De acordo com CUNHA, SILVA, SILVA (2020) - E2 o espaço adequado faz parte dos percalços enfrentados pelos jovens no âmbito doméstico, a questão de poucos cômodos, números de pessoas na residência e além de excesso de movimento. Sendo preciso espaço silencioso, móveis, acesso a rede wifi e equipamentos no atual contexto de pandemia para ter acesso ao ambiente de aprendizado. Pontua ainda “a questão que muitos alunos terão os pais/familiares como professores, já que algumas tecnologias utilizadas pelos professores ou a forma como desenvolvem o ensino não possibilitam a aprendizagem (...)” (p.35).

Corroborando com SOUSA e GUIMARAES (2020) – E4 cita com base em outros autores que determinadas residências contam com um único cômodo, onde convivem diversas gerações. Nesse sentido, as disparidades são evidenciadas tanto no acesso às redes como na estrutura residencial. A adaptação a uma modalidade que exige uma série de requisitos perpassa as classes sociais CARDOSO FERREIRA, BARBOSA - E1 pontuam exatamente quanto às classes menos favorecidas “(...) são menos propensos a ter em casa um ambiente de aprendizado adequado, como espaço silencioso, dispositivos que não precisam compartilhar, internet com boa velocidade e auxílio dos pais (2020, p.42).

O ambiente físico da escola é estruturado em propiciar o momento de estudo, horários definidos e regimentos com o objetivo único de educar. Na atual

contemporaneidade de aceleração e fluxo de informações o jovem necessita se concentrar para estudar, considerando em maioria que a aula ao vivo está na rede social, no aparelho de um familiar. Questões que perpassam principalmente as/aos estudantes da escola pública.

JAMIKIU (2020) – E3 coloca que “a implementação do ensino remoto emergencial na Educação Básica desconsidera que no ambiente familiar os responsáveis pelas crianças podem apresentar dificuldades de acompanhá-las e orientá-las nas tarefas escolares uma vez que, em casa ou não, muitos continuam mantendo uma rotina exaustiva” (p.101).

O artigo E5 trata “Nas aulas remotas existe uma comunicação bidirecional o professor é o que aparece na videoaula ou realiza uma aula expositiva por meio de sistemas de web-conferência na frente de um quadro de giz.” (MORAIS, BRITO, 2020, p.400) Os professores traçaram métodos para o online dos mesmos conteúdos presenciais, o sistema educacional não ocorria hibridamente, logo o contato com esses meios para alguns se tratava de algo novo, assim para com os discentes.

A desigualdade social tem novas configurações na pandemia em especial os E2, E4 e E5 expõe como os alunos que não possuem os celulares, computadores, internet não vão estar no mesmo ciclo que os alunos da rede privada. Ressaltando a disparidade econômica dos pais. Mais tocante à amostra E4 trata da geografia dos bairros do centro e da periferia em contraste na mesma cidade de Curitiba.

De fato, os bairros periféricos analisados que apresentam a menor porcentagem de domicílios com internet são, também, os que apresentam o mais baixo Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) global e local, índice desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles e que varia entre zero e um” (SOUSA, GUIMARARES, SILVA, 2020, p.294).

A relação geográfica com o fator socioeconômico das famílias nos alerta quanto à periferia e sua condição de existência/resistência. Na exposição E5 o autor expõe o apelo de uma família que não possui aparelho de televisão em casa a um dos integrantes do grupo GEPPETE.

A produção E5 analisa os memes das/os alunas/os como dito mostra uma imagem de um aparelho celular obsoleto “esse grupo não tem a tecnologia mínima necessária como celulares, tablets e acesso a internet. Muitos dos alunos têm celulares obsoletos, não tem computadores em casa (...)” (MORAIS, BRITO, 2020, p.404). As redes sociais foram o meio encontrado para as/os alunas/os expressarem a sua dificuldade em acompanhar as aulas remotas. Com imagens e pequenos diálogos mostram como a exclusão digital, tendo que conviver com E5 “(...) computadores compartilhados, redes de internet com baixa velocidade, falta de condições para o estudo. Essas situações fizeram com que grande parte desses educandos acumulasse tarefas e atividades causando uma sobrecarga, exposta nas redes sociais” (MORAIS, BRITO, p.411).

O sentido de cumprir atividades e horas do ano letivo reforça a instrumentalização da escola. As aulas gravadas, retirando a espontaneidade e diálogo comuns anteriormente influi diretamente na função social desse organismo, de sua formação e papel da sociedade. Saviani (2013, p.11) aponta que tal fenômeno de educar é próprio da humanidade e do trabalho. Vivemos numa sociedade que nos impõe tempo e uma espécie de escada da vida, com estudos e graduação para o trabalho.

Cunha, Silva, Silva (2020) E2 traz “dados do IBGE mostram que a evasão e o atraso escolar têm relação direta com a condição socioeconômica, atingindo a população mais pobre em até oito vezes mais que o estrato mais rico.” (p.32) Os

dados registram e quantificam como se dá a desigualdade social e econômica brasileira, agravada no contexto de pandemia. Ainda de acordo com E2 que essa modalidade de ensino não é satisfatória para o aprendizado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise pelo método da revisão integrativa evidenciou que as condições de acesso são precárias para as camadas empobrecidas da sociedade, evidenciando o não-acesso à internet, aos meios eletrônicos, a um espaço de estudo estruturado. As residências com convivência familiar movimentada, aparelhos que não suportam os aplicativos, linhagem ultrapassada interferem na qualidade do ensino. Como vimos nos artigos, jovens se expressaram por meios das redes sociais e memes a situação vivenciada por elas/deles, os percalços do cotidiano do ensino remoto, situação exposta no artigo na região de Curitiba.

O ensino remoto se mostra como alternativa nova diante da pandemia, com o objetivo de reduzir os impactos para as/os estudantes, considerando a incerteza de retorno presencial às aulas. A educação à distância e o ensino remoto se diferenciam pelo sentido das modalidades e pela estruturação do ensino. Respectivamente se apresentam as seguintes características, ocorre de forma online com plataformas e aulas gravadas, assincronia entre professor e aluno. Enquanto o ensino remoto é ao vivo, usando de meios virtuais e métodos da modalidade presencial convencional na transmissão das aulas, ressaltando que o contato ocorre ao vivo mesmo que virtual, apesar das restrições com possibilidade de troca de ideias e discussões.

As plataformas Google classroom, Google Meet e youtube são destacadas como as mais utilizadas, a popularidade e disponibilidade pelo Google isenta de

cobranças pelas plataformas. Apontamos ainda a articulação independente das federações, pela ausência de direção nacional, se deu somente em algumas capitais, algumas colocaram a disposição para o corpo discente dados móveis, compreendendo o quesito do acesso a internet é um dos obstáculos para estes. Secretarias estaduais e municipais articularam a exibição das aulas em Tv aberta como medida de democratização do acompanhamento das aulas, ressaltamos que isso ocorreu em pouquíssimos locais. A discussão é essencial e recente para a educação no Brasil, aponta a disparidade social e econômica aguda, como o retrocesso em pensar medidas democráticas por parte do estado só avança, descontruindo avanço recentes para a Educação.

5. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Fabiana Carla Gomes; CARDOSO, Cristiane Alves; FERREIRA, Valdivina Alves. (Des)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto. Revista com senso, Rio de Janeiro, v. 3, pág. 38-46, atrás. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/929/554> . Acesso em: 13 de julho de 2021.

BONILLA, Maria Helena. Educação e inclusão digital. 2020. Disponível em: < [http://www.twiki.ufba.br/twiki/MariaHelenaBonilla ki/bin/view/GEC/](http://www.twiki.ufba.br/twiki/MariaHelenaBonilla%20ki/bin/view/GEC/)>. Acesso em: 25 de julho de 2021.

BONILLA, Maria Helena; SOUSA, Joseilda Sampaio. Exclusão/inclusão: elementos para uma discussão. Liinc em Revista, v. 1, março de 2009, Rio de Janeiro, p. 133-146. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3182> . Acesso em: 26 de julho de 2021.

BRITO, Gláucia da Silva; MORAIS, Felippie Antonio Fediuk de. Alunos e a reconfiguração da presencialidade em tempos de cibercultura: análise de relatos em redes sociais sobre as dificuldades no ensino remoto em tempos de pandemia. Revista Interinstitucional Artes de Educar, Rio de Janeiro, v. 6 - N. Especial II, p. 392-415, jun-out 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/52233> . Acesso em: 13 de julho de 2021.

CUNHA, Leonardo Ferreira Farias da; SILVA, Alcineia de Souza; SILVA, Aurênio Pereira da. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos sobre Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, v. 4, p. 1-21, 2023. <https://doi.org/10.18227/2675-3294repi.v4i1.7903>

qualidade e direito e acesso à educação. Revista com senso, Rio de Janeiro, v. 3, pág. 27-37, atrás. 2020. Disponível em: <http://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924/553>. Acesso em: 13 de julho de 2021.

Decreto nº 9.057/25 de Maio de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 25 de julho de 2021.

JAKIMIU, Vanessa Campos de Lara. O direito à educação no contexto da pandemia (covid-19) no Brasil: projetos de formação em disputa. Revista Interinstitucional Artes de Educar, Rio de Janeiro, v. 6 - N. Especial II, p. 94-117, jun-out 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/51007>. Acesso em: 13 de julho de 2021.

GROPPO, Luís Antonio. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. RJ, DIFEL, 2000.

GUIMARARES, Lislaine Mara da Silva; SOUSA, Marcelo Nogueira de. Vulnerabilidade social e exclusão digital em tempos de pandemia: uma análise da desigualdade de acesso à internet na periferia de Curitiba. Revista Interinstitucional Artes de Educar, Rio de Janeiro, v. 6 - N. Especial II, p. 284-302, jun-out 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/51097>. Acesso em: 13 de julho de 2021.

MARCON, Karina. Inclusão e exclusão digital em contextos de pandemia: que educação estamos praticando e para quem? Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação UNESC. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/6047>. Acesso em: 25 de julho de 2021.

MARX, Carlos; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. 1. Ed, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/?lang=pt>. Acesso em: 28 de julho de 2021.

SOUSA JÚNIOR, Justino de. Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressiva-destrutiva do capital. 2. ed. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

SOBRE OS AUTORES

Gabriele Azevedo Rocha. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (2019). Pesquisadora das categorias educação, trabalho, práxis social e juventude. Atualmente atuando na área socioeducativa desde dez/2022.

PARA CITAR ESTE ARTIGO:

ROCHA, Gabriela Azevedo. A INCLUSÃO DIGITAL DOS/AS ALUNOS/AS DAS ESCOLAS PÚBLICAS NO ENSINO REMOTO. Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, v. 4, p. 1-21, 2023.

Submetido em: 10/08/2023

Revisões requeridas em: 30/08/2023

Aprovado em: 06/10/2023